



MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E SILÊNCIO: UMA LEITURA DE *A MÁQUINA DE FAZER ESPANHÓIS*¹

MEMORY, FORGETFULNESS AND SILENCE: A READING OF
A MÁQUINA DE FAZER ESPANHÓIS

Lorrana Almeida Salles²

Shirley de Souza Gomes Carreira³

Artigo submetido em: 22 abr. 2021

Data de aceite: 25 jun. 2021

Data de publicação: 4 jul. 2021

RESUMO: Este trabalho visa a examinar o modo como a ficção se apropria do passado histórico em *A máquina de fazer espanhóis* (2016), de Valter Hugo Mãe, recriando-o pela via da memória de um narrador que, ao fim da vida, defronta-se com lembranças por muito tempo apagadas. Esse processo de rememoração traz à baila as relações entre memória, esquecimento e silêncio, que, no âmbito da narrativa, reportam-se à necessidade do protagonista de eximir-se da colaboração com o mecanismo de repressão estatal salazarista. Para tanto, analisaremos os efeitos dessa tríade à luz de textos teóricos de Márcio Seligmann-Silva (2003; 2008) e Michael Pollak (1989; 1992; 2010).

Palavras-chave: Memória. Esquecimento. Silêncio. *A máquina de fazer espanhóis*.

ABSTRACT: This work aims to examine the way in which fiction appropriates the historical past in *A máquina de fazer espanhóis* (2016), by Valter Hugo Mãe, recreating it through the memory of a narrator who, at the end of his life, faces memories that have been erased for a long time. This remembrance process brings up the relations between memory, forgetfulness and silence, which, in the context of the narrative, refer to the protagonist's need to exempt himself from collaboration with the Salazarist state repression mechanism. To do so, we will analyze the effects of this triad in the light of theoretical texts by Márcio Seligmann-Silva (2003, 2008) and Michael Pollak (1989; 1992; 2010).

Keywords: Memory. Forgetfulness. Silence. *A máquina de fazer espanhóis*.

¹ Texto orientado pela Profa. Dra. Shirley de Souza Gomes Carreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo- RJ, Brasil. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Além disso, o artigo também contou com apoio financeiro da Prociência UERJ / FAPERJ (Prociência Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro).

² Mestranda do Curso de Letras e Linguística (Estudos Literários) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo- RJ, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2672911790544122> / <https://orcid.org/0000-0001-9833-1809>

³ Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Mestrado em Letras e Linguística (Estudos Literários) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo- RJ, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/7147623689731561> / <https://orcid.org/0000-0002-8787-8283>



Acesse este artigo pelo QR Code:



INTRODUÇÃO

O real é “o impossível, o que não pode ser atingido e escapa ao discurso” (BARTHES, 1978, p. 22), já dizia Barthes, e em obras como *É isto um homem?*, de Primo Levi, ou as que têm sido escritas sobre os regimes ditatoriais, usualmente elencadas como literatura de testemunho, a precariedade da linguagem para narrar as experiências traumáticas se torna ainda mais evidente. Entretanto, a necessidade de narrar torna-se uma forma de sobrevivência para aqueles que vivenciaram o trauma, equiparando a narrativa à vida (TODOROV, 2003, p. 106).

As narrativas do trauma são marcadas pela reconstrução da memória e, via de regra, o narrador relata o que vivenciou e testemunhou, dando ao seu discurso um caráter autobiográfico, em que a memória individual se concretiza como expressão da memória coletiva. Tendo em vista as limitações da memória e o fato de que o real, ainda segundo Barthes (1978, p. 21), é demonstrável, mas não representável, a literatura de testemunho põe em xeque as relações entre o real e o imaginário. Aspecto este endossado, por exemplo, pelo narrador de *É isto um homem?*, quando ele afirma: “Hoje – neste hoje verdadeiro, enquanto estou sentado frente a uma mesa, escrevendo – hoje eu mesmo não estou certo de que esses fatos tenham realmente acontecido” (LEVI, 1988, p. 152). Essa imprecisão da memória em relação a fatos traumáticos está presente em muitas narrativas testemunhais. Mas o que dizer da ficção que se apropria dos arquivos da História e recria o testemunho e o legado traumático dos regimes ditatoriais? De que modo essa apropriação e o discurso dela decorrente são construídos?

Em uma breve tentativa de responder, ainda que parcialmente, a essa pergunta, este artigo tem como proposta a análise do romance *A máquina de fazer espanhóis*, de Valter Hugo Mãe, para identificar o



modo pelo qual ele se apropria do passado histórico e constrói uma memória que, embora individual, por pertencer a uma personagem em particular, expressa uma memória coletiva sobre o Salazarismo e seu impacto sobre as identidades.

Para Candau, “não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (CANDAU, 2011, p.19). Assim é que focalizaremos em nossa análise o narrador e protagonista do romance de Mãe, António Silva, que, ao recordar acontecimentos passados, busca um sentido de si, ao mesmo tempo em que, recorrendo à memória individual, tece um ponto de vista a respeito da memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Essa rememoração decorre de uma situação extrema, o recolhimento involuntário do narrador a um asilo após a morte de sua esposa. Ao longo do romance, é evidenciado o modo como a personagem recorre ao esquecimento e ao silêncio como uma forma de apagamento de memórias indesejáveis.

O ESQUECIMENTO E O SILÊNCIO COMO CONSEQUÊNCIAS DO TRAUMA

No que diz respeito aos processos mnemônicos, dois conceitos importantes precisam ser mencionados: o esquecimento e o silêncio. Michael Pollak afirma que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 203), ou seja, algumas lembranças são excluídas de maneira voluntária ou involuntária. Ao contrário do que normalmente se pensa, a memória e o esquecimento não são conceitos antitéticos, mas complementares, pois ambos se processam simultaneamente. A negação do que foi vivido, por meio do esquecimento, pode ser uma possibilidade de sobrevivência, de superação do sofrimento, segundo Maria Letícia M. Ferreira em seu artigo *Políticas da memória e políticas do esquecimento*:

O direito à memória encontra simetria no direito ao esquecimento, tal como acontece, por exemplo, nos casos de traumas, sobretudo na primeira infância. Além disso, esquecer pode ser parte da negociação de identidade estabelecida pelo sujeito em relação a seu passado. Exemplo disso encontra-se nas diversas estratégias de negação da filiação étnica num determinado contexto desfavorável, ou mesmo, a negação do passado como única possibilidade de sobrevivência, tal como acontece nos processos traumáticos de guerras e genocídios. (FERREIRA, 2011, p. 110-111)



Corroborando esse ponto de vista, Myrian Sepúlveda Santos explica, em seu artigo *Memória coletiva, trauma e cultura: um debate*, que “a construção de memórias coletivas em torno de feridas históricas é sempre muito complexa” (SANTOS, 2013, p. 65), assim, lembrar é muito doloroso e para não sofrer mais, as vítimas apagam essas lembranças. Entretanto, é importante ressaltar que esse esquecimento, quando ocorre no âmbito da coletividade, também resguarda quem cometeu as atrocidades.

Ao abordar os modos de enquadramento da memória, ou seja, o recorte de uma memória coletiva, Pollak se reporta às memórias produzidas por grupos marginalizados – como minorias políticas, as classes mais baixas, etc. – que sofreram com a opressão e censura, denominando-as “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989, p. 4); memórias que emergem do silêncio e “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (p. 4).

Pollak estabelece uma relação estreita entre o silêncio e o trauma, que só pode ser superada quando existe a possibilidade de escuta:

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não escutar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. (POLLAK, 1989, p. 8, ênfase no original)

Em *A gestão do indizível*, Pollak pondera que a “dificuldade de evocar um passado que permanece difícil de comunicar” (POLLAK, 2010, p. 10), via de regra, está associada a um tipo de comprometimento que, se rememorado, traz vergonha ou arrependimento. O silêncio, portanto, faz parte desse jogo de apagamento das lembranças indesejadas. Esse silêncio pode ser real ou calculado, pois quem narra a própria história apaga ou silencia determinados fatos e acontecimentos a fim de se proteger. O autor demarca também que essas fronteiras entre o dizível e o indizível separam a memória coletiva subterrânea daquela que a sociedade majoritária ou o Estado desejam impor:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, p. 8)

A versão oficial da História, no que diz respeito ao trauma, se reveste, por vezes, do negacionismo, um elemento político imposto sobre as narrativas de cunho testemunhal, de maneira que, ao negar e esconder o que aconteceu, a legitimidade do discurso das testemunhas é desafiada, de modo a conseguir calar as vítimas, como Seligmann-Silva destaca no trecho abaixo:

O negacionismo neste caso é apenas um caso particularmente radical de um movimento que acompanha o gesto genocida. O genocida sempre visa a total eliminação do grupo inimigo para impedir as narrativas do terror e qualquer possibilidade de vingança. Os algozes sempre procuram também apagar as marcas do seu crime. Esta é uma questão central que assombra o testemunho do sobrevivente em mais de um sentido. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 75)

A questão é que “não existe uma História neutra” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 67), uma vez que existem diferentes maneiras de enquadrar o passado e realizar leituras a respeito dele que implicam posicionamentos éticos, políticos e morais.

MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E SILÊNCIO EM *A MÁQUINA DE FAZER ESPANHÓIS*

A ficção contemporânea tem-se apropriado do passado histórico e dado vulto à sua representação por meio de processos mnemônicos, procedendo a um enquadramento alternativo. Em *A máquina de fazer espanhóis*, o protagonista-narrador, um idoso de 84 anos, é colocado em um asilo, o Lar da Feliz Idade, após a morte da esposa. Nesse local, ele não só é obrigado a romper o isolamento voluntário e a interagir com os outros moradores e com os funcionários. Nesse processo, ele é levado a rememorar acontecimentos que imbricam sua história pessoal à do país, e sua memória individual se entrelaça à memória coletiva.

As lembranças de António Silva situam-se no período do Estado Novo, quando Salazar assumiu o poder, e evocam não apenas os meios pelos quais o regime buscava manipular a opinião pública, mas também os mecanismos de repressão, consolidados na atuação da PIDE — Polícia Internacional e de Defesa do Estado, que existiu de 1945 até 1969 e foi responsável por estratégias de silenciamento violentas:

Apesar de toda a ênfase na legalidade e respeito pelos direitos do indivíduo que alegadamente distinguiam o Estado Novo dos regimes totalitários da época, a verdade é que o silenciamento de ideias dissidentes assumiu um papel vital no regime que Salazar estabeleceu. Não é claro se ele esperava genuinamente que a oposição fosse desaparecendo com o tempo, mas as vozes dissonantes dificultavam-lhe a tarefa de falar em nome da nação, pelo que concebeu medidas para as silenciar. (MENESES, 2011, p. 183)

A morte da esposa e o abandono por parte dos filhos funcionam como um gatilho para o processo de rememoração e para a percepção gradativa de que, por menos que quisesse admitir para si mesmo, havia colaborado com o opressor. António Silva tomara para si a representação da identidade portuguesa enunciada na primeira frase do romance: a imagem de um bom homem, honesto e trabalhador, voltado para a família. Imagem que começa a ser desconstruída pelo atendente do hospital em que Laura faleceu, um entusiasta da europeização por ele alcunhado de Silva da Europa: "(...) se não dermos nas vistas, podemos passar uma vida inteira com os piores instintos, e ninguém o saberá" (MÃE, 2016, p.26). Com essa afirmação, o Silva da Europa sintetiza o fascismo dos bons homens, construído paulatinamente pelo regime salazarista.

Na tentativa de moldar a população conforme os interesses do Estado, estabeleceu-se uma relação entre este e a Igreja, conforme sinaliza o historiador Fernando Rosas:

(...) o salazarismo neste período da sua história, assente numa certa ideia mítica de nação e de interesse nacional, tentou, também ele, "resgatar as almas" dos portugueses, integrá-los, sob a orientação unívoca de organismos estatais de orientação ideológica, "no pensamento moral que dirige a Nação", "educar politicamente o povo português" num contexto de rigorosa unicidade ideológica e política definida e aplicada pelos aparelhos de propaganda e inculcação do regime e de acordo com o ideário da revolução nacional. Neste contexto, sustenta-se a ideia de que o Estado Novo, à semelhança de outros regimes fascistas ou fascizantes da Europa, alimentou e procurou executar, a partir de órgãos do Estado especialmente criados para o efeito, um projecto totalizante de reeducação dos "espíritos", de criação de um novo tipo de portugueses e de portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador. (ROSAS, 2001, p.1032, ênfase no original)

Esse controle inicial é mencionado no capítulo sete da obra, intitulado *Herdar Portugal*, em que, por meio da ótica da personagem, fica claro o papel da Igreja na **educação** das pessoas, pois o discurso religioso era utilizado para formar uma massa acrítica, cordata e submissa:

(...) quando as crianças daquele tempo estudavam lá la ri lá lá ela ele eles elas alto altar altura lusitos lusitas viva salazar viva salazar, toda a gente achava que se estudava assim por bem, e rezava-se na escola para que deus e a nossa senhora e aquele séquito de santinhos e santinhas pairassem sobre a cabeça de uma cidadania temente e tão bem comportada. Assim se aguentava a pobreza com uma paciência endurecida (...). (MÃE, 2016, p. 94-95)

Segundo Rosas, o projeto político do Estado Novo era o de estabelecer “uma ideia mítica de ‘essencialidade portuguesa’, transtemporal e transclassista (...) a partir da qual se tratava de ‘reeducar’ os portugueses” (ROSAS, 2001, p. 1034, ênfase no original). De acordo com esse projeto, o novo tipo de portugueses deveria agir em favor do aparelho do Estado. Abraçando o ideário da pobreza honrada, sustentada pela tríade Deus, Pátria, Família, os cidadãos portugueses tornaram-se peças “de um grande cenário de legos” (MÃE, 2016, p. 146), ou seja, movimentadas segundo a vontade daquele que detinha o poder. Para os dissidentes, havia a PIDE.

A coação teve como consequência uma manipulação da memória entre aqueles que vivenciaram esse contexto. O esquecimento surge como consequência do medo, como podemos observar na passagem a seguir, em que Sr. Silva reflete sobre o receio que sentiu após ser chamado de comunista e fascista:

(...) quando o silva da europa nos falou de sermos fascistas e comunistas ao mesmo tempo eu pus-me a fazer contas para trás e ver as coisas. concluí também que a maior parte daquilo em que acreditamos nos dá medo e isso leva-nos a ficar de boca fechada. recordava-me bem do que me dizia naquela noite em que o conheci, que éramos todos livres de pensar as coisas mais atrozes. isso não nos impedia de sermos vistos pela sociedade como bons homens e de sairmos à rua dignos como melhores pais de família. (MÃE, 2016, p. 131)

Eram todos livres em seus pensamentos, mas eram limitados em sua expressão. Isso se dava justamente porque “o regime nos metia pela pele

adentro como um vírus. Ficávamos sem reacção, íamos pela vida abaixo como carneirada, tão bem enganados” (MÃE, 2016, p. 99).

Essa reflexão do Sr. Silva demarca a percepção de si como mais um entre tantos que foram acomodados e coniventes com o sistema. No romance, o fluxo da narrativa ocorre numa alternância sutil entre passado e presente, entre o consciente e o inconsciente. Ao longo da rememoração, afloram lembranças que o Sr. Silva apagara no decorrer da vida e só por meio da interação com aquele grupo de idosos e das provocações do Silva da Europa são recuperadas. Entretanto, essa recuperação é desconfortável, pois ele percebe que sente vergonha dos seus atos. Conforme Shirley Carreira aponta:

Aos poucos, a imagem que faz de si mesmo, a de um homem bom, vai sendo desafiada pelas suas próprias lembranças. A revisão de sua história pessoal traz-lhe à memória um passado que preferia esquecer, posto que está ligado à repressão do regime salazarista, com o qual foi conivente, sempre com a desculpa de que o fazia por prudência, para proteger a família das arbitrariedades do governo. (CARREIRA, 2012, p. 269)

A lembrança mencionada diz respeito ao momento em que um jovem que António Silva havia escondido em sua barbearia nove anos antes é preso pela PIDE. Três dias antes, pressionado pela polícia, e após certificar-se de que não desconfiavam dele, o protagonista levantara a suspeita que culminou com a prisão do rapaz. No romance, esse momento é mencionado duas vezes, sempre com o indicativo da data em que ocorreu. Na primeira vez, o Sr. Silva relata a resignação do jovem e o fato de que este o poupava, fingindo não ter a mínima relação com ele. Na segunda, fica explícita a frieza do protagonista diante da situação:

(...) no dia vinte e cinco de setembro de mil novecentos e setenta e um, quando entraram na minha barbearia os pides que levaram o rapaz que, nove anos antes, eu ajudara a escapar, achei que fazia o que tinha de fazer. e assim me senti como a saber e a arquivar o assunto como algo que ocorrera com outras pessoas, verdadeiramente como algo de que soubesse apenas a partir da televisão. um homem preso pelo regime e outro acusando-o, e eu não era nem um nem outro, e a vida continuava como se nada fosse porque ao fim de cada dia encontrava a minha laura à espera de aquecer a sopa conversando sobre os filhos crescendo e sobre como era bom sermos prudentes e legais. (MÃE, 2016, p. 187)

A rememoração desse fato faz com que o protagonista pense que sua atitude decorria do contexto em que estava inserido, da necessidade de assumir uma identidade conveniente. Em uma perceptível tentativa de autojustificação, se posiciona como vítima da coerção predominante no regime do Estado Novo. Entretanto, as reminiscências mostram a frieza com que se colocou à margem dos acontecimentos que ele mesmo provocara:

(...) não voltei a ver o jovem homem que entreguei à polícia política, posso, agora de velho, pensar melhor nisso e ponderar tragicamente o seu homicídio, um homem daqueles não era de desaparecer se estivesse vivo, apenas a morte o tiraria dos destinos democráticos do país. sei bem agora que o entreguei completamente, sem retorno e, se não senti culpa nem remorso, foi porque a vida era assim, feita para ser assim (...) ao entregá-lo não hesitei, é verdade. (MÃE, 2016, p. 193-194)

O apagamento desse episódio, conforme Ferreira (2011), foi a forma de o Sr. Silva a negociar sua identidade em relação ao passado. Convencer-se de que as coisas eram assim naquele tempo e que nada havia a fazer foi o modo de a personagem lidar com a culpa, abstraindo-a e assumindo o papel do **homem bom**.

Entretanto, à medida que pressente que seu fim está próximo — fato dedutível devido à sua transferência para a ala do asilo que dava para o cemitério, reservada aos que já não podiam se locomover sozinhos e estavam mais próximos da morte — o Sr. Silva pratica a *mea culpa*:

(...) naquela altura eu tinha de gritar, precisava de dizer que me arrependia, que não queria acabar sem metafísica, que me enterrassem com metafísica e português, arrependia-me do fascismo e de ter sido cordeiro tão perto da consciência, sabendo tão bem o que era o melhor valor, mas sempre o ignorando, preferindo a segurança das hipocrisias instaladas. eu precisava de gritar dizendo que queria morrer português, queria ser português com a menoridade que isso tivesse de implicar, porque eu fui um filho da puta, e merecia ser punido, fiz do meu país um lugar de gente desconfiada, nenhum povo unido. (MÃE, 2016, p. 255-256)

A memória individual de António Silva, até então reprimida, é também expressão de uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil, que surge como contraponto àquela que o Estado desejava passar e impor. Como muitos, o protagonista cedera e acomodara-se ao que ele mesmo denomina

cidadania de abstenção, à espera de que as palavras que o jovem lhe dissera em uma das vezes em que estivera na barbearia se cumprissem: "(...) a maioria silenciosa terá de emergir um dia" (MÃE, 2016, p. 187).

O esquecimento e o silêncio autoimpostos por António Silva apontam não apenas para uma falha de caráter, a covardia, mas também para a tentativa de ocultar de si o sentimento de inveja que ele nutria em relação ao jovem que delatara: "(...) adoraria sentir coragem para me por ali aos berros também (...) de poder ajuizar por mimo que quisesse ajuizar, na minha barbearia, ao menos na minha casa na minha casa e com a minha boca livre" (MÃE, 2016, p.150-151). Esquecera, por certo, de que ele mesmo fora capaz de um ato de ousadia na primeira vez que encontrara aquele jovem que, "ao contrário de ter se habituado à ditadura, andava a miná-la (...) para que ao menos se soubesse que o povo gangrenava descontente" (p. 132), enquanto que ele "deixava que a sociedade fosse apodrecendo sob aquele tecido de famílias de bem" (p.133). A seu ver, a ditadura fora "uma terrível máquina de roubar a metafísica dos homens" (p. 160-161).

Ao fim do romance, percebe-se que a narrativa, em sua totalidade, consiste no turbilhão da memória que assola um homem idoso à beira da morte, em fluxos imprevisíveis que condensam uma vida inteira em minutos. Em meio às lembranças esparsas, sente que seu cérebro anula progressivamente cada instante evocado e já não lhe basta apenas defrontar-se com o homem que foi um dia, com aquela identidade forjada e cordata que assumira ao longo da vida. Seu desejo final é de ser capaz de morrer recordando o que dera sentido à sua existência, porém, mediante a confusão mental que experencia, resta-lhe apenas a angústia.

CONCLUSÃO

Ao abordar brevemente as relações entre memória, esquecimento e silêncio no romance *A máquina de fazer espanhóis*, este estudo busca focalizar o modo como a ficção se apropria do passado histórico e, ao recriá-lo, traz à baila questões que encontram eco no mundo contemporâneo.

O protagonista, por meio de sua memória individual, expressa aspectos da memória coletiva, ou melhor, de uma memória subterrânea, compartilhada por milhares de portugueses cujas vozes e, porque não dizer, identidades foram sufocadas pela máquina estatal.

A memória e o esquecimento são parte de um mesmo processo. Se, por vezes, o esquecimento se torna um mecanismo de autoproteção involuntário, o silêncio resulta da opressão e da censura. Em diversas entrevistas

concedidas por Valter Hugo Mãe⁴, o autor externou sua preocupação com a espetacularização e naturalização de fatos, como as ditaduras, que deixaram marcas profundas na história da humanidade, cuja consequência pode ser a reincidência de erros historicamente assimilados. A recriar no universo ficcional uma narrativa memorialística, o autor não só transforma a literatura em um espaço simbólico em que o indizível encontra uma via de exteriorização, como também faz com que o leitor exerça o papel de um terceiro elemento do testemunho, aquele que escuta e se torna o receptáculo da experiência dolorosa do outro.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. *Aula*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1978.
- CANDAU, J. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Lencta Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARREIRA, S. O mundo em minúsculas: uma leitura de a máquina de fazer espanhóis. *Letras*, v. 22, n. 45, Santa Maria, 2012, p. 265-275.
- FERREIRA, M. L. Políticas da memória e políticas do esquecimento. *Aurora*, n. 10, São Paulo, 2011, p. 102-118.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LEVI, P. *É isto um homem?* Tradução de Luigi del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- MÃE, V. H. *A máquina de fazer espanhóis*. 2. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.
- _____. *As vantagens e os perigos do esquecimento*. Entrevista a Raquel Cozer e Ubiratan Brasil. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,as-vantagens-e-os-perigos-do-esquecimento-imp-,742109>. Acesso em: 4 jul. 2020.
- MENESES, F. R. de. *Salazar: biografia definitiva*. Tradução de Teresa Casal. São Paulo: Leya, 2011.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos históricos*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992, p. 200-212.
- _____. A gestão do indizível. *Webmosaica*, v. 2, n.1, Porto Alegre, 2010, p. 9-49.
- ROSAS, F. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o estado novo e a questão do totalitarismo. *Análise social*, v. 35, n. 157, Lisboa, 2001, p. 1031-1054.

⁴ Cf. MÃE (2020).



SANTOS, M. S. dos. Memória coletiva, trauma e cultura: um debate. *Revista USP*, n. 98, São Paulo, 2013, p. 51-68.

SELIGMAN-SILVA, M. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. _____. *História, memória e literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 59-88.

_____. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto história*, v. 30, São Paulo, jun. 2005, p. 71-98.

_____. Narrar o trauma – a questão do testemunho de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, v. 20, n. 1, Rio de Janeiro, 2008, p. 65-82.

TODOROV, T. Os homens-narrativas. In: _____. *Poética da prosa*. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 95-112.

